

2

A FÁBRICA
DA
VISTA ALEGRE



CATÁLOGO
DA EXPOSIÇÃO
1824-1924

A FÁBRICA
DA VISTA ALEGRE

APÊNDICE AO LIVRO
DO SEU CENTENÁRIO

1824-1924

A FABRICA
DA VISTA ALEGRE

bibRIA

1824-1924

A FÁBRICA
DA
VISTA ALEGRE



APÊNDICE AO LIVRO
DO SEU CENTENÁRIO

1824-1924

DÊSTE APÊNDICE AO LIVRO DO SEU
CENTENÁRIO DA FÁBRICA DA VISTA
ALEGRE FEZ-SE UMA TIRAGEM ESPE-
CIAL DE 200 EXEMPLARES EM PAPEL
LEORNE, NUMERADOS E RUBRICADOS.

Uma recordação

1824-1924

SÃO decorridos quarenta e dois anos desde que organizei a primeira Exposição de cerâmica nacional na Sociedade de Instrução do Porto, realizada no outono de 1882. Creio também poder afirmar que surgiram então os novos Estudos históricos sobre Cerâmica Nacional na revista da referida Sociedade; e desde então continuaram os trabalhos literários nacionais, com grande vantagem; constituem já uma pequena biblioteca. Foi pois de algum proveito o nosso esforço. Infelizmente, não foi possível salvar a colecção Guerra Junqueiro de faiança antiga para a nação; passou para a casa Ameal e depois — desfez-se em leilão. Foi salva, porém, a colecção António Moreira Cabral, hoje da Câmara Municipal do Porto, que comprei para ela, a instâncias de Rocha Peixoto: 420 números, não falando na colecção de vidros e cristais, comprada na mesma ocasião (cêrca de 300 números). Da colecção cerâmica Cabral há o meu catálogo ilustrado, publicado pela Câmara Municipal: Porto 1909, que se integra no fundo antigo cerâmico da própria câmara: 230 números, que também inventariei em 1909.

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

Relembro estas migalhas literárias sòmente para ser grato à
ilustre Direcção da Fábrica da Vista Alegre, na sua festa centenária.
Cresça e floreça!

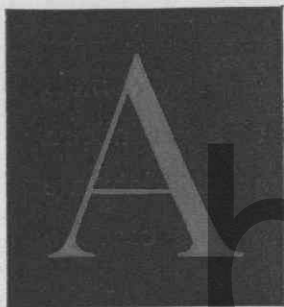
29 de Abril de 1924.

JOAQUIM DE VASCONCELLOS.

bibRIA



A família Pinto Basto e a Fá- brica da VISTA ALEGRE



família Ferreira Pinto Basto constitui, para mim, a tradição de velhas amizades e intimidades, que me ficaram vinculadas à memória e ao coração, desde que a consciência da vida despertou na minha alma. A Fábrica da VISTA ALEGRE é das mais remotas e saídas recordações da minha infância.

Na lista dos deputados que subscreveram a Constituição de 1838, lêem-se, como representantes da *divisão eleitoral* de Aveiro (assim se chamavam então os *círculos*) os nomes de José Estêvão Coelho de Magalhães e José Ferreira Pinto Basto,—aquêle que, há um século, fundou a Fábrica da VISTA ALEGRE, na mesma lista, entre os deputados de Lisboa, figura José Ferreira Pinto Basto Júnior, o filho mais velho do que foi o venerando patriarca desta vasta, honrada e prestante família. Indo para Lisboa ocupar, pela primeira vez, o seu lugar no parlamento, meu pai hospedou-se em casa de José Ferreira Pinto Basto, que, amigo íntimo de meu avô paterno, o dr. Luís Cipriano Coelho de Magalhães, lhe queria como a um filho. E,—coincidência singular!—à sua morte, em 1862, em Lisboa, foi no jazigo da

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

família Pinto Basto que o seu corpo foi depositado até ser mais tarde transportado para Aveiro.

Dos filhos de José Ferreira Pinto Basto, ainda conheci José, Augusto, Domingos, Alberto, Anselmo, Duarte, Justino, Teodoro, Frederico, e, de-certo, algum mais de que não guardei tão precisa reminiscência. Muitos dos filhos destes, contei-os entre os meus mais íntimos amigos de mocidade.

Da Vista Alegre, lembro-me desde os meus seis ou sete anos. Já lá vão quasi sessenta! Viviam, então, ali, Domingos Ferreira Pinto Basto, que administrava a Fábrica, sua mulher a snr.^a D. Joaquina de Avilez Ferreira Pinto Basto e a sua única filha D. Maria, uma formosura pálida em que sobressaíam dois grandes e lânguidos olhos negros. Domingos Ferreira Pinto Basto era um homem da mais encantadora bondade. Sua mulher, distintíssima senhora, uma verdadeira santa. Vejo-a ainda com as lunetas na ponta do nariz acentuadamente aquilino, cercada de peças de pano-cru e de chita, talhando e cosendo camisas e saias para as rapariguitas pobres.

Vista Alegre, de que fui várias vezes o hóspede infantil, era, para mim, um paraíso. Brincava sob as grandes *belas sombras* do seu vasto terreiro, percorria tôda a Fábrica, onde me maravilhava a perícia dos oleiros, fazendo dum punhado de barro, em meia dúzia de voltas da sua roda e com dois toques dos seus dedos mágicos, um prato, uma caneca, um pires, uma chícara, ou olhava, encantado, as vivas e frescas decorações florais de que os pintores ornavam as peças já prontas a seguir para o forno. E, para cúmulo de atractivos, Domingos Ferreira Pinto, que desenhava muito bem, recortava hábilmente, para mim, em velhas cartas de jogar, lindos cavalos andaluzes, toiros marrando de cabeça baixa, cavaleiros, bandarilheiros, forcados, moços do curro, — que eram já o meu enlêvo de futuro e apaixonadíssimo *aficionado*...

O LIVRO DO SEU CENTENÁRIO

Mas, a estas lembranças, uma outra anda ligada,—uma outra que não era, então, mais do que uma impressão vaga e só posteriormente se definiu com precisa nitidez: a do carácter muito especial das relações entre patrões e operários naquele meio fabril. Sentia-se, nelas, como que uma cordial solidariedade. Não eram duas classes ligadas apenas pelo interesse material, e, assim, tantas vezes, por motivo dêle, em hostilidade e dissídio. Não: patrões e operários formavam uma família, hierarquizada, sim, mas animada dum alto espírito de íntima concórdia, de confiança recíproca. Os patrões eram pais, os operários filhos. Essa Fábrica não era uma sêca empresa industrial, cujo objectivo, de parte a parte, se cifrasse no lucro. Era, com efeito, uma associação de interesse, mas era também uma comunidade moral.

E êsse carácter tem-se mantido inabalável em *cem anos*!! Nobre, admirável tradição, que é o timbre da família da Vista Alegre e a honra da família Pinto Basto e dos seus bons e laboriosos operários. A Fábrica nunca se *anonimizou*, constituindo-se no tipo das modernas organizações industriais em que a propriedade se impersonalisa. A Fábrica passou de pais a filhos e netos dentro da mesma família. E, nas suas oficinas, de pais a filhos e netos passou a manipulação da matéria-prima e dos instrumentos do trabalho e repartição dos salários. Nomes populares se têm perpetuado nesta herança de labor, formando verdadeiras dinastias de habilíssimos e conscienciosos operários. Aqui nunca houve exploradores nem explorados. Por isso também nunca houve revoltas, nunca greves. Os interesses debateram-se sempre amigavelmente entre o capital e o trabalho.

A par disto, o *patronato* tem-se exercido sempre, ali, com acrisolada filantropia e um forte sentimento dos mais altos deveres sociais. A assistência em tôdas as suas formas, a escola, a habitação, tem sido preocupação contínua dos proprietários e dirigentes dêste grande estabelecimento industrial.

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

É, pois, com o mais legítimo orgulho que a família Pinto Basto pode festejar o primeiro centenário da fundação da sua célebre Fábrica, de tão alta importância e valor, não só na história da indústria, mas também na da arte cerâmica portuguesa, como o demonstram o seu precioso museu e os mostruários dos seus belos produtos.

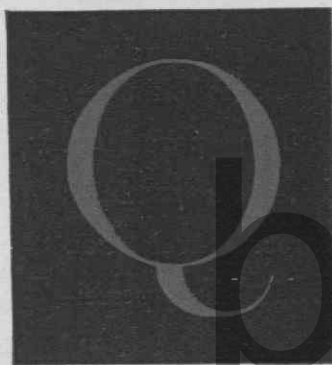
E se esse orgulho é, realmente, legítimo, sob o ponto de vista económico, pelo esforço de trabalho e pelo valor produtivo que a Vista Alegre representa, não menos o deve ser pelos aspectos morais dessa criação, que, pelas suas origens, pela forma como tem sido dirigida, pelo carácter que se lhe tem sabido manter, eleva-se duma simples empresa comercial a uma alta, inteligente e benemérita obra social.

LUIZ DE MAGALHÃES.

bibRIA



Acêrca da Fábrica da VISTA ALEGRE



UIS a amizade do Administrador da Fábrica da VISTA ALEGRE, o engenheiro João Pinto Basto, dar-me a honra de colaborar nas manifestações motivadas pelo centenário da fundação dêste grande estabelecimento industrial.

Não me podia negar a tão cativante convite, porque a recusa, da minha parte, representaria uma ingratidão pela amabilidade e lhaneza que sempre os proprietários da notável Fábrica me dispensaram e aos meus discípulos, quer nas nossas repetidas visitas às suas belas instalações, quer utilizando alguns dêstes discípulos como seus colaboradores.

Outro motivo igualmente poderoso me leva a anuir a escrever algumas linhas sôbre a VISTA ALEGRE: é o facto de me ter dedicado, há já bastantes anos, ao estudo da técnica cerâmica portuguesa e à verdadeira paixão que nutro pela indústria do barro, de aspectos tão variados e tão interessantes para o químico, para o fisico, para o engenheiro, para o artista...

O que vem a ser, ao certo, a *porcelana*? Simples parece ser

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

a resposta; mas como acontece em casos semelhantes não é possível, querendo abranger tôdas as hipóteses, dar, numa só frase, uma definição única e satisfatória.

A própria etimologia da palavra deu lugar a diversas interpretações, sem que porém a questão esteja resolvida. Querem uns que seja de origem italiana, outros de origem francesa; o erudito Jacquemart vê no vocábulo «porcelaine» a corrupção da palavra portuguesa «porçolana» (*sic*) que significava, diz o autor, loiça ou baixela. Mas os tratadistas portugueses de preferência aceitam a origem italiana dessa palavra.

É bom lembrar que, antes do século xvi, a palavra porcelana servia para indicar os objectos feitos com madre-pérولا e, por analogia de brilho, e de côr, deu-se o nome de porcelana às louças chinesas.

Nessa época, na Europa, não se fabricava ainda porcelana. Seja como fôr, podemos admitir que a porcelana refere-se a produtos cerâmicos de pasta branca, translúcida, resistente, impermeável, não riscável pelo aço, homogênea e sonora; o seu vidrado fica perfeitamente incorporado na pasta.

A «impermeabilidade» da porcelana constitui uma das suas qualidades mais notáveis e preciosas e distingue-a imediatamente das louças e faianças. O facto de ser translúcida distingue-a dos grés cerâmicos.

A semi-transparência à luz, que também é uma das características dêstes produtos, é devida à vitrificação que a pasta experimenta durante o acto da cozedura. A resistência da porcelana aos pequenos choques é muito maior do que nas outras louças e este facto, para os serviços de mesa, constitui uma qualidade preciosa pela grande economia resultante do emprêgo da porcelana.

Podem as pastas ter composições variadas, como veremos, mas o fogo, amalgamando os elementos em combinações complexas e quiçá

O LIVRO DO SEU CENTENÁRIO

desconhecidas, realiza esta admirável transformação da matéria que é a porcelana.

Sem contesto, nenhum outro produto da indústria do homem reúne, para os fins em vista, as qualidades da porcelana.

Poderão louças, faianças artísticas, vitrais, antigos ou modernos, satisfazer mais a ânsia estética que todo o homem culto tem, em grau maior ou menor, mas nenhuma destas matérias é ao mesmo tempo tão resistente, tão sonora, com contornos tão nítidos, com espessura tão pequena, com variedade de cores tão diversa, como a porcelana.

A faiança a mais bela, passado tempo, apresenta o vidrado fendilhado, devido à diferença de coeficiente de dilatações da pasta e do vidrado: daí a penetração de poeiras, de alimentos, de microorganismos.

Consegue-se obter porcelana recorrendo a matérias primas e a processos diferentes, sendo o resultado final sensivelmente o mesmo, pois satisfazem as diversas porcelanas à lata definição dada mais acima.

Fácil será depois distinguir dois tipos entre os diversos produtos obtidos: as porcelanas de *pasta dura* e as porcelanas de *pasta branda*.

Por pasta dura ou porcelana dura entende-se objectos não riscáveis pelo aço e cozidos à alta temperatura. Pelo contrário, a porcelana branda é riscável pelo aço; menos resistente portanto e coze-se à mais baixa temperatura.

Conhecidas, na Europa, no século XVI, as porcelanas chinesas, empregaram-se logo muitos esforços para obter produtos iguais: o fim era então imitarem-se as louças orientais. Já em 1470 se fabricava em Veneza uma louça análoga à chinesa, por processos secretos; durante o século XVI, sob o impulso dos Medicis, essa tentativa desenvolveu-se (Florença e Pisa tiveram fábricas afamadas).

Em St. Cloud, perto de Paris (1695) e mais tarde em Vincennes, Chicauneau descobre as porcelanas brandas, misturas de sílica, alcalis e

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

argilas margosas, isto é, a composição era a dum vidro misturado com um argila sílico-calcárea. O vidrado era plumbífero como o da faiança fina moderna. Constitui-se assim a porcelana *artificial*. As peças, aliás muito bonitas, eram muito frágeis, muito sensíveis às mudanças bruscas de temperatura, riscavam-se facilmente. Lembram pela sua fragilidade as belas faianças de Bordalo Pinheiro que, dificilmente, resistirão ao embate dos séculos...

Mas as porcelanas assim fabricadas não eram iguais às orientais. Faltava-lhes o elemento aluminico imprescindível, o *caolino*, base essencial das porcelanas duras.

A primeira porcelana *dura* fabricada na Europa data de 1711, em que Böttger descobre o caolino na Saxónia e funda a célebre fábrica de Meisseu. Da Saxónia passou para a França (Strasburgo) (1721) e daí para Vincennes; mas foi só após a descoberta do caolino de St Yriex, perto de Limoges (1769) por M.^{me} Darnet que, cinco anos mais tarde (1774), se fabricou pela primeira vez porcelana dura caolínica em Sèvres; o seu vidrado era feldspático, como hoje ainda.

Com a descoberta do caolino, na Europa, desapareceu, por muitos anos, em França e na Alemanha, o fabrico da porcelana branda.

Paralelamente aos esforços empregados no Continente para imitar as louças orientais, criava-se na Inglaterra uma porcelana branda, diferente da francesa, com pasta argilosa, tornada fusível por um fundente especial: o fosfato tricálcico, dos ossos. Também o vidrado desta louça é diferente do da porcelana dura: em vez de ser feldspático é formado por um silicato ou borosilicato calcário e alcalino, semelhante ao da faiança fina.

A porcelana inglesa, assim obtida, ainda se fabrica hoje; é a porcelana branda, *natural*, ou fosfática.

O LIVRO DO SEU CENTENÁRIO

Duma maneira geral o fabrico da porcelana [dura, caolínica e feldspática, poucas modificações sofreu no decorrer do século XIX. A este grupo pertence, como é sabido, a porcelana de VISTA ALEGRE.

Contudo em 1884 apareceu a *nova porcelana de Sèvres*, criada propositadamente para obter melhores efeitos decorativos e particularmente para receber o azul «turquesa». É cozida à mais baixa temperatura (1300.º, amostra de Seger N.º 9) em vez de 1400.º (amostra de Seger N.º 14) que a porcelana dura exige, pelo menos.

A pasta «nova» de Sèvres tem, pois, duas vantagens:

- 1.ª efeitos artísticos mais seguros e mais bonitos;
- 2.ª cozedura à temperatura mais baixa. De resto é muito próxima da pasta chinesa.

São factos estes que não podem passar despercebidos e que me parecem susceptíveis de ter aplicação na VISTA ALEGRE.

As considerações precedentes tiveram como fim servir de intróito ao que agora pretendo dizer relativamente à VISTA ALEGRE.

A porcelana da VISTA ALEGRE pertence, como disse, ao tipo das porcelanas duras, análogas às que se fabricam em Limoges, em Berlim, na Saxónia, etc.

Não me espraiei, propositadamente, na parte histórica, tratada, várias vezes, por mãos de mestres.

Fundada a Fábrica em 1824, foi só em 1834 que utilizou o *caolino*, então descoberto em Vale Rico. Não tornarei a dizer o que escrevi em 1899, no meu estudo sobre *Cerâmica Portuguesa Moderna*, sobre a Fábrica da VISTA ALEGRE; nesse modesto trabalho descrevi então resumidamente o que se sabia da VISTA ALEGRE e os resultados das análises de pastas e matérias primas a que eu procedera. Ainda assim consagrei umas 12 páginas a esta importante Fábrica.

Já nessa época, longínqua para mim, eu considerara os produtos saídos da VISTA ALEGRE como podendo comparar-se com muitos dos

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

das boas fábricas estrangeiras. Fazia eu porém observar que a parte artística precisava ser desenvolvida e orientada de maneira diversa.

As reservas, aliás pequenas, que então fazia, já não têm hoje, apraz-me afirmá-lo aqui e sem espírito de lisonja, nenhum cabimento: a pasta é de excelente qualidade, bem equilibrada; o vidrado brilhante e uniforme; as peças perfeitas; a decoração sustenta um belo cunho artístico que todos os entendidos gostosamente reconhecem.

Houve pois nos últimos anos progressos manifestos no fabrico da porcelana da VISTA ALEGRE.

É pois um grato dever e de mera justiça felicitar os proprietários e o seu pessoal.

Por isso também as observações que agora vou fazer não podem ser tomadas como críticas, mas somente como o desejo que sinceramente tenho de ver ainda progredir a Fábrica da VISTA ALEGRE.

Relativamente à pasta, mantenho o meu modo de ver, já exposto em 1899. Penso que haveria vantagens técnicas, sem prejuízo artístico, antes pelo contrário, em modificar a composição da pasta, tornando-a mais siliciosa, quer dizer, menos aluminosa, mais próxima, portanto, das porcelanas superiores de Limoges, da porcelana de Sèvres e, por conseguinte, das porcelanas orientais.

Assim, a *pasta da Vista Alegre* contém aproximadamente:

Silica	67 a 68	%
Alumina	26 a 27	%
Potassa	4,5	%
Cal, óxido de ferro, etc.....	1,2	%

É precisamente o tipo das porcelanas *extra-duras* do Berry, em França, de Berlim, da Bélgica.

A modificação da pasta deveria, a meu ver, tender — pelo

O LIVRO DO SEU CENTENÁRIO

aumento da areia quartzosa e do feldspato e diminuição concomitante do caolino — a aproximar-se da seguinte fórmula:

Sílica	70 a 71 %
Alumina	22 a 23 %
Potassa ou soda	4 a 5 %
Cal, magnésia, etc.	1,5 %

O vidrado de Sèvres em vez de ser essencialmente feldspático é sílico-alumino-calcáreo (mistura de calcáreo, feldspato, caolino e quartzo).

A fórmula da pasta da VISTA ALEGRE deveria inspirar-se na de Sèvres (nova).

Bem sei que não é de ânimo leve que se deve modificar a composição duma pasta, já centenária, mas a VISTA ALEGRE tem elementos para, paulatinamente e sem prejudicar o seu fabrico corrente, ir estudando as modificações propostas, que trariam as seguintes vantagens: pasta mais fusível; economia correspondente de combustível, decoração mais brilhante e mais variada; espessura menor e, por conseguinte, peso menor das peças e respectiva economia na pasta e na cozedura.

Demais a VISTA ALEGRE pode perfeitamente modificar as suas pastas, pois que, contrariamente ao que se dá em Limoges, por exemplo, a pasta é fabricada no próprio estabelecimento e não em fábricas especiais (*pâtiers*); com efeito o «*porcelainier*» de Limoges recebe a pasta já preparada fora e limita-se a fabricar os objectos.

Outra modificação que se me afigura interessante seria substituir, pelo menos nas peças artísticas, o vidrado feldspático, muito duro e pouco flexível, por um vidrado plumbífero, análogo ao da faiança fina, reservando-se o vidrado feldspático para a louça de mesa. Obter-se iam assim vidrados em que as cores se desenvolveriam melhor e de modo mais brilhante, ao mesmo tempo que o vidrado seria de mais fácil fusão.

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

Emquanto aos fornos de cozer a louça, nada terei que dizer: os fornos circulares, com fornalhas laterais e de chama invertida, usados na VISTA ALEGRE, são excelentes. A experiência não tem por enquanto aconselhado o uso dos *fornos contínuos* na indústria da porcelana dura.

Contudo julgo que a modificação da pasta, abaixando o seu ponto de fusão de 100°, permitiria cozer em fornos contínuos, tipo «túnel», como se usa em muita parte, para a faiança fina, e por exemplo em Sacavém.

Este tipo de forno não só realiza uma perfeita cozedura, como dá lugar a grande economia de combustível e, sobretudo, consegue-se com êle a *cozedura contínua*, que deve ser hoje a norma geral, pois permite a economia de mão de obra e economia de combustível — factores primaciais de qualquer indústria.

A este propósito é bom não esquecer a importância considerável da temperatura da cozedura sobre a qualidade dos produtos. As propriedades da porcelana dependem tanto das condições da sua cozedura, como da composição química da sua pasta. Assim a pasta nova de Sèvres, pouco aluminosa, quando cozida normalmente (1300.º aprox.¹⁰) tem todos os predicados das porcelanas orientais. Cozida a 1400.º — como se fôsse porcelana dura — perde as suas qualidades, pela diminuição do seu coeficiente de dilatação e aproxima-se então da antiga pasta, muito aluminosa (Granger).

Para as côres, e na mesma ordem de ideas, sou de parecer que, em vez de serem cozidas duma maneira intermitente em muflas paralelepipedicas, como se tem praticado na VISTA ALEGRE (1924) devia recorrer-se às *muflas contínuas* — quer circulares, lembrando o clássico forno Hoffmarm, quer rectilíneas (Hetzl, Larchevêque, etc.).

Indiscutivelmente estes tipos de fornos devem ser recomendados porque permitem uma produção muito mais rápida, mais económica e

O LIVRO DO SEU CENTENÁRIO

de resultados mais seguros — além de conseguir-se com o seu emprêgo a substituição rápida das peças partidas, sem esperar tanto tempo como recorrendo-se às mufas intermitentes.

Concebe-se que a Fábrica da VISTA ALEGRE, até êstes últimos anos, pudesse recorrer a processos fabris relativamente lentos, atendendo à sua produção mais limitada. Mas hoje, com o grande desenvolvimento que tomou esta Fábrica, para que ela possa satisfazer com rapidez as encomendas e corresponder amplamente à confiança e à simpatia, que o público não lhe regatea, torna-se indispensável que a fabricação seja a mais rápida possível e por isso dois factores são precisos: tornar o fabrico o mais *mecânico* e o mais *contínuo* que fôr possível. Isto, claro está, para os objectos de fabricação e uso corrente.

Procedendo assim a VISTA ALEGRE, como sabemos já estar tratando de executar, cumprirá ainda melhor — e deve ser êste o seu lema — a sua missão como elemento poderoso de fomento industrial português.

Não podemos com efeito esquecer que desde a publicação do meu livro, em que fiz o balanço o mais exacto possível das riquezas de Portugal em argilas, então conhecidas, muitos jazigos de excelentes rochas caolínicas foram encontrados em diversos pontos do país (Matozinhos, Ovar, Oliveira de Azeméis, Leiria, Santarém). Em 1899 só eu tinha conhecimento dos caolinos do concelho da Feira (Vale Rico) e de Alencarce (Soure).

VISTA ALEGRE ocupa presentemente o lugar de honra entre tôdas as fábricas de louça portuguesas. Recorre a matérias primas exclusivamente nacionais. É merecedora, pelo espírito de iniciativa e de organização dos seus dirigentes, de todos os elogios.

Por isso, convencido estou que, continuando a progredir como o tem feito, industrializando e intensificando ainda mais o seu fabrico, a

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

Fábrica da VISTA ALEGRE conservará o lugar primacial que presentemente ocupa na indústria cerâmica portuguesa.

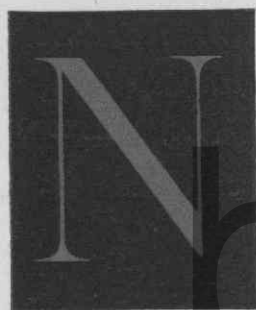
Hóspede agradecido de Portugal e professor há mais de trinta anos neste país, é para mim muito grato constatar os grandes progressos da Fábrica de Vista ALEGRE e exprimir públicamente a minha simpatia pela obra de fomento valiosa encetada há um século pela família Pinto Basto.

CHARLES LEPIERRE.

bibRIA



Vidros e cristais da VISTA ALEGRE



UMA publicação profissional recente sôbre *a Indústria do Vidro*, por *José Maria de Campos Melo*, lê-se, a pág. 8:

«Em 1821 organizou-se a fábrica da Vista Alegre, cuja indústria de vidros pouco tempo viveu e foi mais tarde transformada em fábrica de porcelanas.»

No que fica transcrito são quasi tantas as palavras como as inexactidões.

A Fábrica da VISTA ALEGRE foi fundada em 1824, para o fabrico de louça, porcelana, vidraria e processos químicos, conforme o alvará régio de 1 de Julho desse ano, que autorizou o seu estabelecimento, concedendo-lhe vários privilégios e isenções.

Para assumir a direcção do fabrico de vidro, contratou o seu fundador, José Ferreira Pinto Basto, o alemão Francisco Miller, que há anos vinha dirigindo a do Covo, nas proximidades de Oliveira de Azeméis, e cuja origem data do segundo quartel do século xvi.

Ao contrário do que sucedeu com a porcelana, os ensaios de vidraria deram desde logo óptimos resultados. Animado por êstes, José

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

Ferreira Pinto Basto procurou contratar profissionais estrangeiros, o que conseguiu em parte.

José Acúrcio das Neves, ocupando-se, em 1827, nas suas *Noções históricas e económicas*, da Fábrica da VISTA ALEGRE, dizia já que ali «se manufacturam e lapidam vidros com tanta perfeição, como os melhores que vêm de países estrangeiros».

Os vidros da VISTA ALEGRE tornaram-se em poucos anos conhecidos e estimados. Em 1835 o jornal portuense *O Artilheiro*, recomendando-os com interesse e em Julho de 1838, na Exposição de Produtos de Indústria Portuguesa, realizada em Lisboa, a que concorreram, obtêm um verdadeiro êxito. No Relatório geral desta exposição, feita pela Sociedade Promotora da Indústria Nacional, são assim apreciados:

«Enquanto aos vidros cristalinos com relevos e ornatos de molde, pouco cedem aos estrangeiros, assim como já os igualam os cristais lapidados e os vidros cristalinos lapidados e os vidros cristalinos lavrados.»

Não estacionou na VISTA ALEGRE o fabrico do vidro. Seis anos depois, concorreu à Exposição quadrienal de 1844, nas salas da Sociedade Promotora da Indústria Nacional.

Em 1849, a-pesar-de ter diminuído consideravelmente o fabrico do vidro na VISTA ALEGRE, por os acontecimentos políticos de 1846 e 1847 o haver paralisado quasi por completo, esteve esta indústria representada na Exposição da mesma Sociedade, que se realizou em Lisboa, nesse ano, por um avultado número de garrafas e copos de diferentes feitios, lapidados, florestados e moldados e chapas de vidro riscado com retratos.

Depois desta Exposição, a nenhuma outra concorreu a Fábrica da VISTA ALEGRE com vidros desta natureza. Na de Londres, de 1851, a que concorreu, obteve uma *Menção Honrosa* pela sua *vidraça pintada*.

O grande e progressivo desenvolvimento que no começo da

O LIVRO DO SEU CENTENÁRIO

segunda metade do século XIX adquiriu o fabrico da porcelana na VISTA ALEGRE, junto a outras circunstâncias que seria longo enumerar aqui, fizeram com que fôsse quasi inteiramente posta de parte a do vidro. Daí em diante pouco mais se produziu que vidro liso e vidraça, e isto mesmo cessou por completo, pela demolição do respectivo forno, em 1880.

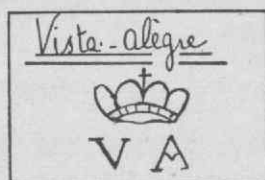
São hoje muito raros os vidros artisticos da VISTA ALEGRE.

Do seu valor dizem o bastante para serem apreciados algumas das gravuras que ilustram o livro do Centenário da Fábrica.

Aveiro.

MARQUES GOMES.

bibRIA



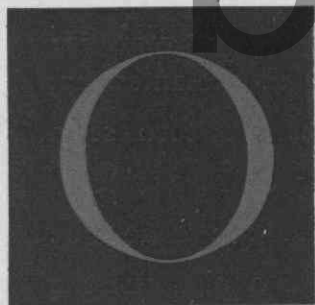
bib**RIA**



Notícia histórica das casas de José Ferreira Pinto Basto, e dos seus descendentes, na Junqueira

Abrir os jornais de certo tempo é encontrar muitas vezes menção da família Pinto Basto, em quem de pais a filhos tem passado a honradez, e o inteligente amor do trabalho.

Castilho: LISBOA ANTIGA.



chamado *palácio* de José Ferreira Pinto Basto, na Junqueira, é aquêle casarão horrendo que se ergue junto das Escadinhas de Santo Amaro, em frente dos telheiros dos *eléctricos*. O terreno onde êle está construído teve as honras de ser figurado em 1707, se bem que um tanto ou quanto incorrectamente, por Colmenar, nas suas *Délices* (depois *Annales*), de *l'Espagne & du Portugal*, e era, então, certamente, utilizado pelos devotos romeiros que, depois de longas caminhadas, tinham que galgar a grande escadaria que conduz ao santuário do *advogado das pernas e braços partidos*, para nêle tomarem algum alento e... alguns tragos de vinho.

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

É sabido que o sítio da Junqueira estava antigamente incorporado num vínculo do qual foram administradores os Saldanhas, que depois de certa época se intitularam Condes da Ega. Em 1701 um dêles, João de Saldanha de Albuquerque de Matos Coutinho e Noronha — que foi presidente do Senado da Câmara de Lisboa e que traduziu, por mandado de El-Rei D. Pedro II, um livro de medicina doméstica, que teve grande voga, intitulado: *Recopilaçam de remédios escolhidos de Madame Fouquet etc.*, em que há receitas disparatadíssimas, como, por exemplo, a da aplicação de toucinho com vinagre e açafrão *sobre o pulso onde bate a artéria*, para tratamento da terçã —, obteve do Soberano um Alvará que o autorizou a aforar umas tantas braças de terra do seu morgado, à face da estrada da Junqueira

Foi em virtude desta concessão, de que resultou o desenvolvimento do sítio, que um José de Saldanha adquiriu, por escritura de 21 de Junho de 1716, vinte e nove braças e dois palmos de terra, no sítio da Junqueira, junto de Santo Amaro, à face da estrada, com cem palmos de fundo, entrando nestas medidas as grossuras das paredes, sendo 60 palmos de fundo, por enfiteuse, e os restantes 40, em vidas, ou em enfiteuse, conforme S. M. resolvesse. O fôro seria pago pelo S. João e calculado a 832 rs. cada braça. Pela mesma escritura adquiriu José de Saldanha mais «um pedaço de chão que ficava entre as casas e as escadas de Santo Amaro e aquilo que lhe ficara pela face da estrada, fora do cordiamento da parede, de que pagaria de fôro em cada um ano um frango». Não se fixou laudémio.

As casas a que a escritura se refere já tinham sido feitas antes pelo enfiteuta, certamente com o consentimento do senhorio.

Fica-se, pois, sabendo que foi José de Saldanha quem mandou construir, por volta de 1715, a casa que veio a pertencer a José Ferreira Pinto Basto.

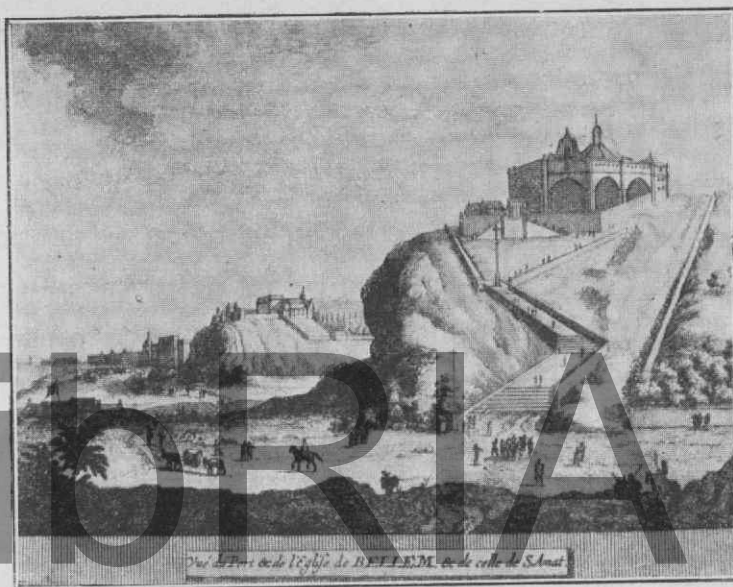
O LIVRO DO SEU CENTENÁRIO

Não sei se José de Saldanha era parente dos morgados do sítio ou se o era do morgado da Oliveira, ou do Conde da Ponte; só sei que era cunhado de João António de Alcáçova e que quando assinou a escritura, em casa dêste, defronte do convento da Santíssima Trindade, morava já ao pé de Santo Amaro.

Numa escritura feita em 12 de Setembro de 1760, no ponto em que se indicam as confrontações, pelo lado do Nascente, da propriedade contigua à casa de que me estou ocupando, diz-se que esta pertencia, então, a Lopo de Sousa Coutinho.

Dos livros dos arruamentos para o lançamento das décimas da freguesia da Ajuda, que começam

em 1762, consta que a casa pertenceu depois, durante muitos anos, a António Martins Tôrres, e por morte dêste, à viúva. Vou dizer em breves palavras quem era êste novo personagem. Nasceu a 6 de Junho de 1730 em Lisboa, na Mouraria. Era filho de Estêvão Martins Tôrres, de Torres-Vedras, e de Maria Teresa de Abreu, da freguesia de S. Nicolau, de Lisboa. O pai esteve no Brasil a negociar com diamantes e foi contratador do sal em todos os portos da América.



VISTA DA JUNQUEIRA E DAS ESCADINHAS
DE SANTO AMARO

PUBLICADA POR COLMENAR

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

Em 1757 a mãe vivia ainda na cidade do Salvador, na Baía de Todos os Santos, porém, no ano de 1766 já se encontrava no Reino, em Pedrouços, adiante do Bom-Sucesso, instalada numa casa que em 1768 foi luxuosamente arranjada com *panos de rás*, e outros adornos, pelo armador Pedro Alexandrino Nunes.

António Martins Tôrres negociou também com diamantes, como o pai, emprestou dinheiro a 5 ⁰/₀, foi credor do Duque de Aveiro e dos Marqueses de Távora, teve um casal, chamado do Meio, em Almeirim, pertenceu-lhe a quinta do Pragal e esteve de posse das rendas do palácio do morgado da Cova, Luís de Albuquerque de Mendonça Furtado, a Santa Clara. Teve uma irmã, Maria Joaquina, que casou com João Pedro Ludovice, e um irmão, Manuel Barbosa Tôrres.

Em 1750 António Martins Tôrres casou com D. Maria Inácia de Macedo e Silva, que se baptizou em 18 de Dezembro de 1724, na freguesia da Madalena, e que foi afillhada do Patriarca, D. Tomás de Almeida.

Na cerimónia do casamento a noiva apresentou-se com um rico vestido de *primavera branca com flores sóltas de matizes*, e manto, tendo custado tudo, fora o feitio, 67⁷/₁₀₀ réis.

António Martins Tôrres e sua mulher viveram com certo luxo, pois tinham algumas paredes da casa armadas com *panos de rás*, e eram servidos por 7 criados, o cozinheiro, o bolieiro, o jardineiro... e um escravo. Ele faleceu em 1785 e ela em 26 de Maio de 1795. Tiveram um filho, Pedro António Tôrres, que foi cadete do regimento de Alcântara, e que morreu em 1792, sendo já casado.

D. Maria Inácia contribuiu para a obra nova da Igreja da freguesia, S. Pedro, em Alcântara, no ano de 1784 com 42⁷/₁₀₀, e em 1785 com 54⁷/₁₀₀.

No ano seguinte ao da morte da viúva de António Martins

O LIVRO DO SEU CENTENÁRIO

Tôrres, 1796, aparece indicado nos livros das décimas, como novo dono da casa o desembargador Francisco Pires de Carvalho, que no ano seguinte foi morar nela. Em 1804, porém, alugou-se por 480.000 rs. a Aires Pinto, que tinha duas parelhas, um cavalo, e quatro criados.

Em 1809, depois de ter estado vaga, foi para lá morar António Xavier da Gama Lobo, que se servia com seis criados e tinha uma parelha.

No ano de 1811 deixou a casa de fazer parte da Rua da Junqueira e passou a ser incluída na Calçada de Santo Amaro, tendo contudo ficado com duas portas de serviço para aquela rua.

A respeito do novo dono só sei que o nome completo era Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque Cavalcanti, e que foi desembargador, conselheiro, e deputado da Mesa da Consciência e Ordens. Os apelidos são de uma família notável e conhecida.

Em 1812 o inquilino António Xavier da Gama Lobo passou a ser dono da casa por ter dado ao senhorio, em troca, uma outra que tinha no Pátio da Calçada da Barroca.

Creio que este António Xavier da Gama Lobo (Salema) é o mesmo que foi casado com D. Mariana Augusta de Mendonça Côrte Real Sousa Tavares, e que teve duas filhas, uma das quais, D. Maria Bernardina de Mendonça Côrte Real Sousa Tavares, casou com D. Duarte Manuel, 11.º Conde de Atalaia.

Em 1819, segundo o livro das décimas, a casa estava por conta, o que não quer dizer que lá morasse, do dono e *assistia* nela a *III.ª D. Leonor da Câmara*, com um criado. No livro de 1820 repete-se: «As casas nobres por conta do dono na acomodação de sua Mãe D. Leonor da Câmara»; porém, no livro de 1823 diz-se: «na acomodação de sua mãe *D. Ana Leonor Salema*», pelo que se vê que era este o verdadeiro nome da mãe.

É no livro dos arruamentos para as décimas do ano de 1828

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

(fol. 127, n.º 503) que pela primeira vez aparece a casa como sendo propriedade de José Ferreira Pinto Basto, continuando, contudo, a viver nela ainda a antiga inquilina, D. Ana Leonor Salema. No segundo semestre do ano seguinte, 1829, saiu esta inquilina, e também um Manuel Portela, que numa loja tinha padaria, ficando a casa *devoluta por estar em obras*. Depreende-se que estas foram muito importantes porque só depois de 1830 se concluíram.

Em 1831 achava-se, finalmente, José Ferreira Pinto Basto instalado no seu palácio, tendo duas boas parelhas para carruagem, dois cavalos de montar e cinco criados; mas não podia lá viver feliz nem tranqüilo: estava-se, então, em pleno reinado de D. Miguel e êle era mal visto pelos miguelistas! Diz-se até que êle viera para a Junqueira para ficar um pouco mais afastado dos seus perseguidores e que, devido à influência do irmão que vivia em Londres, estava alojado em sua própria casa, para o proteger, por ordem de Wellington, o ministro de Inglaterra! Se isto assim foi de nada lhe valeu: um belo dia recebeu ordem do Governo para se apresentar na policia. Fingindo cumprir a ordem, mandou pôr a carruagem à porta de casa e entretanto esgueirou-se pela porta do jardim (certamente uma das que vêm indicadas no livro das décimas de 1811), e foi refugiar-se a bordo de um navio inglês.

José Ferreira Pinto Basto era casado com D. Bárbara Allen Ferreira Pinto Basto, e já tinha, então, numerosa família, a qual provavelmente continuou a viver na casa.

Alcançada a vitória pelos liberais, veio êle outra vez morar para a Junqueira, tendo em 1834 as mesmas duas parelhas de carruagem e os mesmos dois cavalos de montar, mas sete criados em vez de cinco.

Ao que parece a alegria reinou, então, durante algum tempo

O LIVRO DO SEU CENTENÁRIO

dentro no palácio: deram-se lá jantares, festas e recepções sumptuosas, às quais concorreu a melhor sociedade, e o seu feliz dono teve muitas vezes o prazer de ver sentadas à volta de si, na mesa de jantar, 80 pessoas de família.

Diz-se que a própria Infanta D. Isabel Maria lá esteve a bordar, com outras senhoras, uma linda bandeira nacional.

Por morte de José Ferreira Pinto Basto, em 1839, continuou a viúva a habitar no palácio, até que faleceu em 1858 ¹.

Por informação de pessoa da Família consta-me que o palácio veio depois a pertencer a uma filha de José Ferreira Pinto Basto, casada com um primo, Custódio Teixeira Pinto Basto.

Ainda eram êstes os donos do palácio quando nêle se instalou um alto personagem, acompanhado de sua família, o Duque de Montpensier, que por ter sido mandado sair do Reino vizinho pelo Governo da Rainha Isabel, se acolheu a Portugal. Ainda há quem se lembre de o ter visto passear a cavalo pela Junqueira. As cocheiras eram no grande barracão onde hoje existe uma cerralharia.

Foi a 17 de Julho de 1868, pelas 7 horas da tarde, que os Duques chegaram ao Tejo, vindos de Cadiz a bordo da fragata espanhola *Vila de Madrid*, na qual se conservaram durante alguns dias ².

No *Diário de Notícias*, de 2 Agosto, diz-se: «os srs. duques de Montpensier foram anteontem ver o palácio a Santo Amaro pertencente a uma herdeira da casa Ferreira Pinto Bastos da cidade do Pôrto em que habitava o sr. José Ferreira Pinto Bastos com sua família.

¹ Nas *Memórias do Conservatório Real de Lisboa* vem publicado um elogio histórico de José Ferreira Pinto Basto, feito por José Estêvão.

² Vid. *Diário de Notícias*, de 18 de Julho de 1868. Devo ao sr. Dr. Júlio Dias da Costa o favor de me ter auxiliado na busca que tive de fazer no *Diário de Notícias* para encontrar êste pormenor.

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

Suas altezas vão residir para aquêlê palácio, que já se está mobilando custosamente. Êste palácio é o que fica no princípio das escadinhas.»

Assim succedeu: a 3 de Agosto de 1868 foram os Duques residir no palácio, tendo desembarcado no Arsenal. As bagagens foram desembarcadas na Junqueira.

Não aceitaram, portanto, o oferecimento que, segundo constou à *Época*, de Madrid, lhe havia feito o Infante D. Sebastião para irem morar no *belo palácio do Monte Cristo, à Junqueira*, que S. A. tinha comprado havia três anos¹. Meses depois, visto ter sido destronada a Rainha Isabel, voltou o Duque para Espanha, onde se apresentou como candidato à coroa.

Pouco tempo depois, Custódio Teixeira Pinto Basto, que residia no Porto (ou alguma filha?), resolveu vender o palácio.

Com a primeira tentativa para a venda relaciona-se, talvez, o seguinte anúncio que encontrei no *Diário de Notícias* de 6 de Maio de 1871: «Palácio—Em Santo Amaro, à Junqueira. Vende-se. Rua dos Fanqueiros, 218, 1.º».

Dias depois, a 25 do mesmo mês, apareceu, porém, no citado jornal, êste outro anúncio, que indica ter havido mudança de resolução ou dificuldade na venda:

«Casa para o tempo dos banhos. Aluga-se parte do 1.º e do 2.º andar no palácio de Santo Amaro, à Junqueira, com muitos cómodos para numerosa família linda vista para o rio e cidade. Os esclarecimentos precisos se prestam na mesma casa.»

Para o tempo dos banhos! Quem diria hoje que na praia da Junqueira se tomaram banhos do mar! E onde está ela?! Pois

¹ Vid. *Diário de Notícias*, de 21 de Julho de 1868. E' o palácio dos Patriarcas, hoje da Senhora Condessa de Burnay.

O LIVRO DO SEU CENTENÁRIO

tomaram, como se prova com a seguinte estrofe do poema heróico-cômico, *Os Toiros*, de António Joaquim de Carvalho:

«Na gruta d'Eòlo o vento adormecia
Ao Cantico das Ninfas engraçadas:
De Nereidas hum côro além surgia
Margulhando as madeixas desgrenhadas.
Qual na Junqueira dentro d'agua fria
Brincão no banho as Damas delicadas:
E os limózos mariscos tão fechados
Abrem as boccas, do que vem, pasmados.»

E não faltavam comodidades aos banhistas, pois leia-se o seguinte curioso anúncio da *Gazeta*, de 30 de Junho de 1819, que me foi indicado por Matos Sequeira:

«Jorge Abrey faz publico que elle tem estabelecido huma casa de hospedaria e de comer no sítio da *Junqueira* N. 7 B, junto à Praia, com quartos commodos e aseados para com toda a decencia se poderem despir e vestir as pessoas que forem aos banhos, e se lhe apromptarão, querendo, almoços, jantares, ou merendas, com todo o asseio e commodidade.»

Quando o Duque se retirou, passou a casa (que segundo se diz ficou muito çuja), a ser habitada por vários inquilinos, sendo uns dêles os Condes de Mafra. Depois foi para ela morar um novo dono, que lá morreu em 30 de Junho de 1877, o Visconde do Barreiro, Francisco da Silva Melo Soares de Freitas. O comêço da vida dêste dono foi bastante agitado. Em 1827, quando pretendia matricular-se na Faculdade de Direito, na Universidade, teve que emigrar para o Brasil, por ser liberal. A sorte, porém, bafejou-o depois: ganhou lá muito dinheiro, como advogado de Provisão, e fêz *casamento rico*, pelo que

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

voltou para o Reino com avultada fortuna. Uma das suas filhas foi Condessa de Bomfim.

Foi, talvez, depois da morte do Visconde do Barreiro que na casa esteve instalado um « *Colégio pelo sistema intuitivo* », do padre Cristo.

Outro dono do palácio foi o Par do Reino J. J. de Mendonça Cortês, que nêle teve instalada uma oficina de mapas em relêvo, em que trabalhava como amador. Tendo, porém, havido suspeita de que nessa oficina se fabricavam cédulas falsas, foi êle submetido a julgamento na Câmara dos Pares.

De Mendonça Cortês passou a propriedade do palácio para o muito conhecido e estimado dono da Quinta das Lágrimas, em Coimbra, D. Duarte de Alarcão Velasques Osório, e por morte dêste ficou a pertencer à sua viúva, a Ex.^{ma} Senhora D. Maria Emília Osório Cabral, que nêle vive.

Quem olha para o palácio reconhece logo que êle sofreu muitos e variados acrescentamentos. Primitivamente parece ter tido apenas um pavimento, rés-do-chão alto. Talvez não fôsse, então, desengraçado. Depois foram-lhe juntando andares e, por fim, uma galeria por detrás do quintal, de modo que o tornaram pavoroso e deselegante. No cunhal que tem uma das faces voltadas para a Rua de S. Joaquim, e a outra para a Calçada de Santo Amaro, lê-se, na primeira das referidas faces, à altura, talvez, de uns 7 metros, a data de 1734, que indica, certamente, a de algum acrescentamento. As obras mais importantes parece que foram as que José Ferreira Pinto fez em 1829-30. Ouvi dizer que Mendonça Cortês acrescentou o último andar e fez a galeria ao fundo do quintal, galeria que por ocasião da revolta de 14 de Maio foi bastante castigada pelas granadas dos revoltosos.

José Ferreira Pinto Basto, depois de adquirir o palácio, comprou algumas casitas na Calçada de Santo Amaro e umas outras na Travessa do Conde da Ribeira. Estas últimas haviam pertencido a um antigo

O LIVRO DO SEU CENTENÁRIO

criado dêste titular, João Rodrigues Pimenta, que arranjou o seu pecúlio com uma estância de madeiras que tinha na praia. Por morte dêle, por volta de 1822, tinham ficado a pertencer a seus filhos, José e Estêvão, a quem Pinto Basto as comprou.

Tôdas as casas situadas no comêço da Rua da Junqueira, do lado direito de quem vai para Belém, entre o quintal do palácio a que acabei de me referir e o palácio do Conde da Ribeira, pertenceram a Ferreiras Pintos, mas não sei qual dêles as comprou. Talvez a viúva de José Ferreira Pinto Basto.

Sôbre as origens dessas casas e da respectiva quinta, que fica por detrás delas, tenho apontado o seguinte :

Em virtude do já citado Alvará de 15 de Janeiro de 1701, e por escritura de 21 de Dezembro de 1713, o morgado João de Saldanha deu por aforamento a José Damásio, 52 braças de chão, à face da estrada da Junqueira, com 60 palmos de fundo, sendo o fôro calculado a 350 réis por cada braça de frente e 60 palmos de fundo; e bem assim mais 40 palmos de fundo que o Soberano havia de resolver se seriam por enfiteuse ou em vidas. Por uma escritura feita em 28 de Julho de 1719, o referido morgado aforou ao mesmo José Damásio mais uns pedaços de terra contíguos ao primitivo, e reduziu tudo a um só prazo, que ficou a pagar de fôro anual 697060 réis com laudêmio de dezena.

Uma vez senhor dêsse terreno, que era grande, José Damásio fez nêle uma quinta, *vulgarmente denominada de Santo Amaro*, tôda cercada com muro, com casas-nobres, e menores, armazéns, pomar e horta.

José Damásio faleceu creio que em 1751, sucedendo-lhe no domínio útil do prazo seu filho varão mais velho o doutor José António de Oliveira Damásio.

Por morte do pai pediu o Dr. Damásio ao administrador do

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

vínculo que, então, era Aires de Saldanha, que o reconhecesse como enfiteuta. Deferido o pedido, com a declaração de que o prazo teria a natureza de vidas e de livre nomeação, verificando-se no requerente a segunda vida, assinou-se a escritura em Novembro de 1751. Como o traslado desta escritura, bem como o cartório em que ela havia sido feita, foram destruídos pelo incêndio que se seguiu ao terremoto, teve que ser substituída por uma outra, que se fez em 12 de Setembro de 1760, sendo já administrador do vínculo António de Saldanha de Albuquerque. Por esta última escritura ficou o Dr. José António de Oliveira Damásio com o direito de nomear a terceira e última vida que lhe havia de suceder; e extinta ela ficaria o prazo *devoluto* ao administrador do morgado para êste o renovar a quem de direito pertencesse.

No dia 1 de Janeiro de 1759 o Dr. José António de Oliveira Damásio, sendo juiz-de-fora em Tôrres Novas, procedeu, juntamente com o capitão-mor João Freire Gameiro Souto Maior, ao sequestro de tôdas as rendas que naquela vila tinha o Duque de Aveiro, e deu posse da vila a Real Coroa. Em 22, 23 e 24 de Fevereiro, realizada a trágica scena de Belém, as referidas autoridades promoveram na vila vários festejos, com iluminações, pelas melhoras do Rei ¹.

Em Setembro de 1760, estando já despachado ouvidor da comarca de Beja, achava-se o Dr. Damásio em Lisboa, onde assinou a escritura a que acima me referi. Ocupou depois *criticos lugares* no Reino do Algarve e foi, por fim, desembargador da Casa da Suplicação e juiz das *dívidas reais pretéritas*. Faleceu repentinamente em 1793, deixando duas filhas: Ana Zeferina de Vasconcelos Damásio, à qual ficou pertencendo a vida do prazo da Junqueira, e Brízida Inácia.

Como a herança de Damásio ficou muito sobrecarregada de

¹ Vid. *Gazeta de Lisboa*, de 17 de Maio de 1759, pág. 157 e 158.

O LIVRO DO SEU CENTENÁRIO

dívidas, tentaram as filhas obter um empréstimo com hipoteca do prazo. Chegaram a alcançar licença do morgado e uma ordem do Soberano para a Irmandade de Santa Cruz e Almas fazer o empréstimo; mas esta recusou-se. Em 1812 D. Ana renovou o pedido, mas não foi atendida. Não sei como as pobres criaturas se arranjaram; só sei que as casas e quinta figuraram nos livros das décimas, como sendo da herança do Dr. José António de Oliveira Damásio, até ao ano de 1829, e que no registo dêsse ano se lê, à margem: «Declara-se ser êste prédio de Marçal Mascarenhas de Azevedo e Silva», o qual no ano seguinte morava lá, e em 1831 fêz várias obras, tanto nas casas como na quinta.

Nos livros das décimas tôdas as propriedades de Damásio, que eram muitas, achavam-se descritas, ou englobadas, apenas em dois artigos ¹. Tenho presente uma descrição das casas a que me estou referindo, feita em 1801 e extraída dos citados autos, a qual não se ajusta às casas que hoje existem, e isto porque algumas delas foram modificadas e outras substituídas. Sabe-se, por exemplo, que a 2.^a e 3.^a, a contar do Nascente, foram reedificadas por Teodoro Ferreira Pinto Basto, que morou na 3.^a durante muitos anos e lá faleceu.

Na 1.^a morou e faleceu o inteligente lavrador José Maria dos Santos e na 2.^a morou a Baronesa de Castro Daire, D. Olímpia de Vasconcelos.

Só algumas das referidas casas pertencem hoje à Família de

¹ Para a notícia histórica do prazo de Damásio serviu-me de guia um processo que encontrei no *Arquivo dos Feitos Findos*, instalado no antigo Convento da Estrêla. O processo está no Maço A 804, e intitula-se: *Autos de hum req.^{to} com hum Aviso da Secretaria de Estado dos Negocios do Reyno de D. Anna Zeferrina de Vas.^{los} Damaçia p.^a ef.^{to} de se lhe dar por emprestimo a q.^{ta} de 8:000\$000 rs. como nelles se contem. 1804.*

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

Ferreira Pinto. Naquela em que esteve até ha pouco tempo um pôsto da Cruz Vermelha, e que hoje pertence à Senhora Condessa de Burnay, instalaram em tempos idos alguns Ferreiras Pintos uma refinaria de açúcar, a primeira que houve em Portugal, que deu, porém, grande prejuizo. Ao ramo dos Avilezes, ligado à Família de Ferreira Pinto, pertenceu em tempos a casa da Rua de S. Joaquim que faz esquina para a Rua da Junqueira.

Na Travessa do Conde da Ponte morou em casa própria Alberto Ferreira Pinto Basto, um dos mais estimados Ferreiras Pintos, e lá vivem ainda a sua Ex.^{ma} viúva e seus filhos e meus velhos amigos Fernando, Ricardo e Luís.

Quem vai de Lisboa para Belém, e entra na Rua da Junqueira, vê do lado esquerdo, por detrás das árvores (das conhecidas *árvores da Junqueira*), duas casitas baixas, só com rés-do-chão, tendo cada uma delas a sua grade à frente, e estando separadas uma da outra pela Travessa da Galé ¹.

Ambas pertenceram à Família de Pinto Basto, tendo a segunda especial interêsse por ter nela estado instalado o célebre Clube, ou Casino, da Junqueira, notável ponto de reunião da boa sociedade não só do sitio como também de tãda a cidade, onde os Ferreiras Pintos ocuparam lugares de destaque devido à sua posição social, ao seu génio folgazão, ao seu entusiasmo pelos desportos, à correcção do seu trato e à respeitabilidade dos seus nomes.

Devo ao Sr. Henrique de Sousa, antigo frequentador do Clube, grande parte das informações que vou dar a respeito dêste importante centro de reunião.

¹ Creio que o nome desta travessa está errado. Deveria, talvez, dizer-se *do Galé*, porque foi nesse local que no comêço do século XIX viveu um fabricante de barcos chamado Manuel Francisco, por alcunha *o Galé*.

O LIVRO DO SEU CENTENÁRIO

Começo pelos freqüentadores, que eram, entre outros: todos os Ferreiras Pintos, Reinaldo, Teodoro, Carlos, Alberto, Augusto, Eduardo, Manuel, e Duarte, Vaz Preto Geraldês, Marquês de Sabugosa, João, Manuel, e Rodrigo S. Lourenço, o célebre Eduardo O'Neil, irmão do Visconde de Santa Mónica, José Freire de Andrade, coronel de infantaria, grande folgazão, João De Roure, despachante da Alfândega, o general António de Melo Breyner, irmão do Conde de Ficalho e morador no Calvário, o médico Tenreiro, de Alcântara, José Lamas (meu Pai), o Dr. Pedro Lamas (meu Tio), um dos Montanhas, o Marquês e o Conde da Ribeira, Segismundo e Luís da Câmara, João Lourenço de Andrade, e seu irmão Joaquim Lourenço de Andrade, por alcunha o *Calhordas*, João Gomes de Araújo Posser, primo dos antecedentes, por alcunha o *João Fininho*, Narciso e Joaquim de Sousa, filhos do almoxarife das Necessidades, os irmãos Galache, D. Luís de Vasconcelos, filho do Barão de Castro Daire, o Moreira *Passarinho*, casado com uma senhora Manique, os oficiais do regimento de lanceiros, por exemplo, João Campos, Pimentel Pinto, Malaquias de Lemos (depois general), o futuro general Queirós, o Marquês de Castelo Melhor, etc., etc. e Ricardo O'Connor, rapaz inglês, magrinho e muito endiabrado, por alcunha o *Be-quiet*, que tinha uma fábua com quatro rodas em que ele se sentava, e fazia arrastar por meio de uma corda que enlaçava nos eixos dos trens que passavam.

O Clube funcionou durante o meado do século XIX e achava-se instalado modestamente.

Era paragem obrigatória dos janotas e estroinas que iam divertir-se a Paço de Arcos, a Pedrouços ou à feira de Belém, e como não havia, então, ainda carros americanos, iam uns de trem, outros a cavalo. Os cavalos prendiam-se às grades da casa que ainda existem.

A princípio jogava-se lá pacatamente só a *Manilha*, o *Bacarat*,

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

etc., depois começaram a jogar-se jogos ilícitos, o que contribuiu, ao que parece, para o afastamento de muitos sócios e por fim para o encerramento do Clube. De tempos a tempos combinavam os frequentadores irem todos juntos ao teatro, a Lisboa, a cavalo ou de trem.

Às vezes também lá se combinavam judiarias ou troças próprias do tempo. Uma vez meu Tio, o Dr. Pedro Lamas, sendo administrador do concelho de Belém, proibiu que se deitassem foguetes ou bombas sem licença da autoridade. Nessa mesma noite ou na seguinte rebentou-lhe em frente de casa uma volumosa bomba, feita por encomenda num pirotécnico de Alcântara. Tinha sido lançada por Eduardo O'Neil!

Entre tanta rapaziada brava havia, como é natural, muitos entusiastas por touros e cavalos. Salientavam-se nessa especialidade os Ferreiras Pintos, dirigidos pelo mais entusiasta de todos, o Tio Frederico. E enquanto no Clube se combinava a organização da tourada, reuniam-se várias senhoras no palácio, junto das Escadinhas de Santo Amaro, e lá fabricavam artísticas *moñas*. A casa, quando o Clube lá esteve instalado, pertencia a Carlos Ferreira Pinto.

Junqueira, Março de 1924.

ARTHUR LAMAS.



José Ferreira Pinto Basto,
administrador da Casa
Pia de Lisboa



JOSE Ferreira Pinto Basto foi nomeado administrador da Casa Pia por decreto de 6 de Novembro de 1836. Motivou tal escolha do governo o largo crédito de que gozava esse importante capitalista da praça de Lisboa.

E acertou na verdade o governo porque o ilustre industrial e comerciante, no curto espaço de dois anos, que tantos foram os da sua administração, imprimiu notável progresso àquele estabelecimento, que aliás encontrára em lastimoso estado.

Eram poucas as acomodações para o número de crianças, rapazes e raparigas, que a Casa albergava, mas Pinto Basto, à custa de muita ordem e economia, conseguiu aumentá-las com novas construções, de modo que as condições de sanidade, péssimas até então, se tornaram muito razoáveis.

Foram importantíssimas as suas reformas sob o ponto de vista administrativo, não somente com uma criteriosa organização dos serviços de contabilidade, mas ainda com a adoção de medidas que

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

muito concorreram para diminuir a despesa e aumentar a receita, tais como a criação duma padaria e o estabelecimento dum matadouro, com que assim fêz embaratecer os dois principais elementos da manutenção das crianças. Igualmente organizou uma lavandaria dentro do Estabelecimento, o que também representou razoável economia.

A parte especialmente sanitária, já muito melhorada com o aumento das acomodações, ainda mais se modificou com a organização duma farmácia e com valiosas alterações realizadas nas enfermarias.

A parte educativa, que bastante descurada se encontrava no momento em que Pinto Basto tomou conta do seu cargo, igualmente se desenvolveu imenso, sob a influência do hábil e dedicado administrador. Para o ensino profissional criaram-se mais as oficinas de tecelagem, de lã e linho, nas quais se empregaram bastantes rapazes e raparigas. As oficinas já existentes, cerralharia, carpintaria, latoaria, tipografia, etc., também adquiriram largo incremento, dando assim mais rendimento à Casa e adestrando maior número de rapazes.

Mas na parte literária, propriamente dita, é que foi verdadeiramente extraordinária a acção de Pinto Basto. A cultura intelectual, que tão desenvolvida fôra noutras épocas, em que a Casa Pia mereceu a antonomásia de *Universidade Plebeia*, tinha-se reduzido, nos últimos tempos, a pouco mais do que ao ensino das primeiras letras.

No relatório que Pinto Basto enviou ao govêrno, em 1838, diz êle « que estavam funcionando então as aulas de caligrafia, aritmética, gramática portuguesa, inglês, francês, geografia, pintura, desenho, litografia, música instrumental e vocal, dança e esgrima ».

A estas juntou o govêrno, por êsse tempo, as de latim, latini-dade, grego, filosofia e retórica, formando com tôdas uma dessas escolas secundárias que se denominavam *gerais*, transformadas, mais tarde, nos actuais liceus.

O LIVRO DO SEU CENTENÁRIO

Para a superintendência dos estudos criou o lugar de provisor, ao cargo do qual ficou a biblioteca, que, mesmo depois de lhe serem retirados bastantes livros para a *Biblioteca de S. Francisco* (Biblioteca Pública de Lisboa), ainda ficou abastecida de muitas e excelentes obras. Era o resto da riquíssima livraria dos Jerónimos

Na Casa Pia tinha-se criado, em 1835, um *Conservatório de Música*, mas êste passou, em 12 de Janeiro de 1837, para os Caetanos, onde acabava de se instituir o *Conservatório Real de Lisboa*. Vê-se mais que o dedicado administrador, a-pesar-de lhe tirarem essas aulas, não deixou o Estabelecimento privado de tal ensino, criando para êle novas aulas.

Chegado a êste ponto, Pinto Basto, talvez por se sentir já bastante alquebrado de saúde (faleceu no ano seguinte, 1839) pediu escusa do cargo.

Foi-lhe esta aceita em parte, porque o govêrno nomeou, para administrar o Estabelecimento, uma comissão de sete membros, sendo um dêles o administrador cessante. Por pouco tempo fez serviço nesta comissão.

Pinto Bastos tinha abonado, por vezes, avultadas quantias ao cofre da Casa Pia, e, quando abandonou o cargo, ainda era credor de uns tantos contos de réis, de que a comissão o embolsou.

Embora curto, o período administrativo de José Ferreira Pinto Basto deu longa prosperidade à Casa Pia, podendo bem dizer-se que foi essa uma das épocas mais gloriosas do pio Estabelecimento. O nome dêsse benemérito ficou pois indelêvelmente ligado à história dessa Casa.

CESAR DA SILVA

(Bibliotecário e professor da Casa Pia de Lisboa)

(Noticia extraída do meu livro — *Breve História da Real Casa Pia de Lisboa*).

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

OLIVERO DO SEU CANTARIO

biblioteca



Migalhas de história da Vista Alegre



AO vamos fazer a história da Vista Alegre. Tarefa seria essa difícil e escabrosa para a nossa pena inexperiente e inculta.

Registamos tão somente algumas notas, umas já talvez do domínio público e outras que rebuscámos em papéis velhos.

O que actualmente é a formosa e apreciável povoação da Vista Alegre não era, no primeiro quartel do século XVIII, mais do que uma importante quinta com uma casa de habitação rodeada de bem cuidadas culturas, vinhas e pomares ¹.

Era seu proprietário, no princípio do século XVIII, o Dr. Manuel Furtado, casado com D. Madalena da Ressurreição, «professor de letras em Medicina e de Direito» ², que a adquiriu por compras que

¹ Depoimento do Rev.^o Domingos Ferreira da Graça, na justificação de bens contra D. Teodora de Moura Manuel. Arquivo da Vista Alegre.

² Justificação de bens, como acima.

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

fêz com dinheiros que o Bispo de Miranda, D. Manuel de Moura Manuel, lhe dava para isso, pois foi seu criado ou fâmullo «antes e depois de ser Bispo e lhe assistiu até à morte» ¹.

Foi, pois, possuidor da quinta da Vista Alegre o Dr. Manuel Furtado, até 1733, ano em que faleceu, a 9 de Setembro. Em seu testamento, escrito a 6 do mesmo mês e ano pelo Rev.^o José Inácio André, da vila e couto da Ermida, e aprovado no mesmo dia pelo tabelião Sebastião Tomás Pacheco da Fonseca, da vila de Ílhavo, determinou «que seria sepultado em Nossa Senhora da Penha de França» e, além de vários legados, deixou por universal herdeira de seus bens D. Teodora de Castro Moura Manuel, e que esta «poderia vender dêles o que lhe parecesse para dividir e ser freira sem constrangimento de pessoa alguma, nem justiça alguma lhe tomaria conta nem lhe fariam inventário e os bens que ficassem por sua morte, iriam de usufruto ao seu testamenteiro, e por morte dêste a Nossa Senhora da Penha de França, da Vista Alegre, e que entrando na posse seria obrigada a fábrica da dita capela a fazer uma festa à dita Senhora em 8 de Setembro de cada um ano, na qual entrariam os Rev.^{os} Padres costumados», seguindo-se várias outras disposições. Está sepultado dentro da capela da dita Senhora da Penha de França... ².

De posse dêstes bens, não fêz bom uso dêles D. Teodora de Moura Manuel, pois pretendia desviá-los, no todo ou em parte, do fim para que lhes foram legados; pelo que o testamenteiro, o licenciado Domingos Ferreira da Graça, a 22 de Novembro de 1734, apresentou no Tribunal Eclesiástico do Bispado de Coimbra uma acção justificativa de bens contra D. Teodora. Esta acção correu os seus trâmites

¹ Adição à justificação de bens, como acima.

² Livro de Óbitos da freguesia de Ílhavo, ano de 1733.

O LIVRO DO SEU CENTENÁRIO

legais, terminando a 8 de Abril de 1736 pela sentença que passamos a transcrever :

«Recebo os artigos justificativos do Rev.^o testamenteiro Domingos Ferreira da Graça e os julgo provados, sem embargo da prova feita pela justificada à sua contestação; pois se mostra, e como justiça, concluída pelo mesmo Rev.^o justificante que a justificada superfluamente gasta, e aliena os bens da herança, de que somente ficou usufrutuária em sua vida, e sem ordem dêste juízo; o que não podia fazer, ainda nos termos em que para isso lhe dá faculdades o testador, por pertencer a ela a conta do mesmo testamento, como também por ficar instituída e sucessora dos mesmos bens a Capela de Nossa Senhora da Penha de França como tudo consta dos autos apensos, donde deferi o mesmo; e por isso mando que logo se passe ordem contra a justificada, para que no termo de dez dias dê neste juízo caução de *bene utendo* na forma que nos ditos autos apensos lhe está mandado, pena de agravação de censar. Coimbra 8 de Abril de 1736; e pague a mesma justificada as custas dêstes autos, *ut supra*» ⁴.

Terminando assim o litígio entre a usufrutuária e o testamenteiro do Dr. Manuel Furtado, continuou D. Teodora de Moura Manuel a gozar do usufruto das propriedades que lhe foram legadas até 1767, ano em que faleceu, a 9 de Janeiro. «Está sepultada na capela de Nossa Senhora da Penha de França e fêz testamento», diz o livro dos óbitos da freguesia de Ílhavo, do ano respectivo; mas não sabemos ao certo o lugar da sua sepultura e nada sabemos das suas disposições testamentárias.

Do Cura de Ílhavo, o licenciado Domingos Ferreira da Graça, falecido três anos depois, a 7 de Maio de 1772, também não nos

⁴ Justificação dos bens, contra D. Teodora de Moura Manuel. Arquivo da Vista Alegre.

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

consta que entrasse na posse do usufruto daqueles bens. «Está sepultado na capela-mor da Igreja de Ílhavo e fêz testamento», lê-se no livro dos óbitos da freguesia de Ílhavo, do respectivo ano, mas não conhecemos cousa alguma do seu testamento.

Nos últimos anos do século xviii, D. Ana Teresa Luísa de Sousa, filha do desembargador Feliciano José Alves da Costa Pinto, denunciou ao Juízo das Capelas da Real Coroa, a capela de Nossa Senhora da Penha de França, da Vista Alegre, alegando que a referida capela havia sido instituída pelo Bispo de Miranda, D. Manuel de Moura Manuel, sem a competente e indispensável autorização régia e estava sendo administrada por intrusos administradores, como eram o Bispo de Aveiro, D. António Freire Gameiro, e o P.^e António Domingues, que foi o seu último capelão e administrador.

Em virtude dessa denúncia, e precedendo sentença do juízo das Capelas da Real Coroa, foi a capela da Vista Alegre e suas pertenças incorporada nos bens da Coroa em 7 de Novembro de 1799 e feita mercê do seu usufruto vitalício a D. Ana Teresa Luísa de Sousa, oito meses depois, a 11 de Junho de 1800, tomando depois posse judicial em execução de sentenças proferidas contra a Mitra de Aveiro e P.^e António Domingues, que ficaram privados da posse das pratas, vasos e ornamentos da Capela, pois de tudo haviam tomado posse a Coroa e a donatária.

O sucessor, porém, do Bispo de Aveiro, D. António José Cordeiro, embargou a posse da donatária e, escudando-se na sua jurisdição ordinária sobre tôdas as igrejas e capelas da sua diocese, mandou fazer a visita pastoral à da Vista Alegre, apossou-se das chaves, pratas e mais alfaías do culto, e bem assim da maior parte dos seus rendimentos para reparações da capela e sustentar ali o culto religioso. Não gostou D. Ana Teresa Luísa de Sousa do procedimento do Bispo e, zelando

O LIVRO DO SEU CENTENÁRIO

sempre a mercê que lhe fôra concedida, apresentou no «juízo das Capelas da Real Coroa» uma acção de fôrça nova contra a Mitra de Aveiro.

Alega a donatária que a Mitra de Aveiro não tem respeitado os direitos da Coroa, nem dela, donatária; que, a seu alvedrio, applicava os rendimentos da capela desde 1802; não pagara as custas do processo em que tinha sido condenada, nem perdas e danos; requer que se ordene ao «Provedor da Comarca ou ministro da vara branca» de Aveiro, para que, desde já, seja ratificada na posse da capela e suas pertenças; que tudo seja pôsto sob a guarda de um homem que assuma a sua responsabilidade; que se avisem os foreiros e arrendatários de que a ela e só a ela devem pagar todos os rendimentos vencidos e por vencer; que sejam levantados os embargos da Mitra como nulos e atentatórios dos seus direitos; que se cite o Bispo para lhe pagar todos os rendimentos desde 1802, perdas e danos e interêsses cessantes durante todo aquele, e bem assim as custas do processo, e, finalmente, que o Bispo seja citado na pessoa do seu procurador em Lisboa, Luís Gonçalves Marques, por a justiça de Aveiro embaraçar sempre o bom andamento dêste litígio; que estando a capela da Vista Alegre em local êrmo, sem capelão desde que foi incorporada nos bens da Coroa e sem qualquer outro guarda que obstasse a algum roubo, mandou ao seu procurador Sr. José Pedro Leite que levasse e guardasse em sua casa as pratas da capela e fechasse os ornamentos em gavetões, até que outra cousa lhe fôsse ordenada.

Falecido o Sr. José Pedro Leite que, sob sua guarda, conservava as pratas, tomou conta delas o seu testamenteiro, Manuel Leite de Faria, de Aveiro, que, a 5 de Dezembro de 1800, escreveu à donatária, dizendo-lhe que estava pronto a entregá-las a quem ela ordenasse.

Mandou então a donatária que tudo fôsse entregue ao Sr. Bernardino António de Sobral Tavares, que não chegou a receber aqueles objectos,

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

porque Leite de Faria, alegando um sequestro feito pelo Bispo, os não quis entregar.

Contestando as alegações da donatária, diz o Bispo de Aveiro que a capela da Vista Alegre fôra fundada com autorização presumida do Bispo de Coimbra, pois que os Bispos Condes sempre visitaram aquela capela até à divisão da diocese e depois disto o tem sido pelos bispos de Aveiro no uso da sua jurisdição ordinária em tôdas as igrejas da sua diocese, embora tenham padroeiros particularês; que não cometeu crime, nem ofendeu os direitos da Coroa guardando as alfaias e ornamentos da capela, porque as coisas consagradas a Deus e dedicadas ao culto divino não podem ter aplicação a usos profanos e competia ao Bispo evitar a sua profanação ou mesmo que fôssem desviados do seu fim, que não consta do Alvará de mercê concedido à donatária que ela tenha algum direito sobre as pratas e mais alfaias destinadas ao culto, mas sômente tem direito ao Padroado da igreja; que a donatária era obrigada e empregar os bens da capela na conservação da igreja e sustentação do capelão, visto que tal encargo cessou para a fábrica da capela pela sua incorporação nos bens da Coroa; que o facto da incorporação não privou o Bispo do direito de visitar as igrejas da sua diocese e de se opor a que sejam as coisas consagradas a Deus.

A-pesar, porém, de tôdas estas alegações apresentadas pelo Bispo para fazer prevalecer os seus direitos, foi a Mitra de Aveiro condenada por sentença do Juízo das Capelas da Real Coroa, de 24 de Abril de 1804, na restituição de tudo quanto estava em sua posse e nas perdas e danos que na execução se liquidarem.

Absolvem, porém, o réu Manuel Leite de Faria do pedido na acção e paguem as custas ao meio.»

À execução desta sentença opôs o bispo de Aveiro embargos, que não lhe foram aceites por acórdão do Juízo das Capelas da Real Coroa de 15 de Dezembro de 1804.

O LIVRO DO SEU CENTENÁRIO

Terminou definitivamente esta questão entre a Mitra de Aveiro e D. Ana Teresa Luísa de Sousa com a carta de ratificação de posse a favor da donatária, passada a 5 de Abril de 1805.

No dia imediato, 6 do mesmo mês e ano, D. Ana Teresa Luísa de Sousa, passou procuração ao Sr. Francisco José Rodrigues da Silva, «para que no seu próprio nome, possa ratificar-se na posse dos bens, direitos e acções pertencentes à capela de Nossa Senhora da Penha de França da Vista Alegre, e bem assim do edifício dela e suas pertenças como donatária da Real Coroa».

A 25 de Agosto do mesmo ano o dito procurador substabeleceu os poderes que a procuração lhe dava em seu cunhado João José Gomes, a quem, em nome da donatária, foi ratificada a posse da capela da Vista Alegre, pratas, ornamentos e mais pertenças em 26 de Setembro de 1805.

Em 1 de Março de 1814 José Lourenço de Sequeira e sua mulher D. Ana Teresa Luísa de Sousa deram de arrendamento, por um ano somente, a José Vieira Pinto, «a quinta, terras, fôros e mais pertences de que se compõe a capela de Nossa Senhora da Penha de França, na vila de Ílhavo, comarca de Aveiro».

No mesmo documento de arrendamento declaram José Lourenço de Sequeira e sua mulher que o arrendatário «poderá trespassar êste mesmo arrendamento ao Sr. José Ferreira Pinto Basto, da Cidade do Pôrto, para o que lhe permitem faculdades».

Efectivamente José Vieira Pinto, no dia imediato, 2 de Março de 1814, transferiu o dito arrendamento a José Ferreira Pinto Basto, nas mesmas condições em que o havia feito, como se vê no verso do documento de arrendamento.

A 19 de Abril do dito ano pagou o Sr. Pinto Basto, em Ílhavo, ao depositário das sisas dos bens de raiz, José dos Santos Patoilo, e sendo então, neste concelho, Juiz Ordinário das Sisas o Sr. Ma-

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

nuel da Rocha Fradinho, a quantia do «novo imposto de um por cento na forma da Portaria de S. A. R.».

Neste mesmo ano mandou a Real Coroa pôr em hasta pública, em Lisboa, a capela da Vista Alegre e suas pertenças, sendo comprada por José Ferreira Pinto Basto, a 26 de Outubro de 1815, como consta do Alvará de compra.

Dois anos depois, a 25 de Outubro de 1817, comprou o sr. Pinto Basto a José Lourenço de Sequeira, tendo êste procuração de sua mulher, todo o direito, acção, fruição e posse que tinha nas ditas propriedades rústicas e urbanas, fóros, pensões e tudo o mais, que pertença ou possa pertencer à Capela de Nossa Senhora da Penha de França, da Vista Alegre.

Nesta escritura de venda reservou ainda D. Ana Teresa Luísa de Sousa, para si e enquanto vivesse, uma pensão anual e vitalícia, que Pinto Basto lhe era obrigado a pagar «sempre adiantadamente no primeiro de Janeiro de cada um ano a principiar no de mil oitocentos e dezoito».

Aí fica, a traços muito largos, delineada a história da Vista Alegre desde o 1.º quartel do século XVIII até 1815, ano em que a família Pinto Basto entrou na sua posse e onde o Sr. José Ferreira Pinto Basto fundou, em 1824, a mais importante fábrica de porcelana que ainda hoje existe na península Ibérica.

O que nós fizemos podem-no fazer todos os que se derem ao trabalho de, pacientemente, consultar o arquivo da Vista Alegre, onde fomos rebuscar os apontamentos que damos à publicidade.

Mas não queremos fechar êste artigo sem dizermos os nomes dos capelães e administradores daquela capela, que pudemos conseguir desde 1739 até que foi incorporada nos bens da Real Coroa:

Padre Mateus Soares..... 1739

O LIVRO DO SEU CENTENÁRIO

Padre Inácio André e Sr. Jerónimo Soares.....	1741
Padre José Bernardino Pestana.....	1762
Irmão Nicolau Vieira da Trindade.....	1768
Padre António Domingues	1780

Em 1762 e 1764 era fabriqueiro da capela da Vista Alegre o Sr Nicolau Giliberti, professor e reitor do Seminário de Coimbra.

Não podemos terminar sem nos referirmos, ainda que ligeiramente, ao antigo monumento da Vista Alegre — a capela da Nossa Senhora da Penha de França.

Foi fundada nos fins do século xvii pelo Bispo de Miranda do Douro, D. Manuel de Moura Manuel e é um dos mais belos e artisticos templos do distrito de Aveiro.

Sobressai nela o jazigo em que repousam as cinzas do seu ilustre fundador, azulejos representando diferentes personagens bíblicas e belas pinturas a fresco.

O Bispo seu fundador dotou-a, ao contrário do que temos ouvido, com alguns bens e rendimentos para prover à sua conservação e sustentação do culto religioso que, desde a sua fundação, nela se tem realizado.

Além doutras provas que podíamos alegar dí-lo o Rev.º Domingos Ferreira da Graça, na sua adição à justificação de bens contra D. Teodora de Moura Manuel, que passamos a transcrever: « Que o Illustrissimo Bispo mandou fazer em sua vida a Capella de Nossa Senhora da Penha de França e a ornou com toda a decencia, e dotou com fazendas que a ella anexou com o ónus de nella haver capelão e este dizer missa quotidiana e a ornasse e reparasse sempre pelo tempo adeante ».

Debaixo ou perto do altar-mor desta capela há uma nascente de água potável que vai formar uma fonte denominada do *Carapichel*,

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

que fica a poucos metros da capela, em plano sensivelmente inferior, para o lado do sul e voltada para o rio.

Foi restaurada esta fonte pela actual Administração da Fábrica, pois se encontrava em miserável estado de conservação.

Está coberta por uma espécie de alpendre e por cima há uma lápide de pedra em que está gravada em caracteres góticos uma interessante inscrição.

Tem a data de 1696.

P.^o BENJAMIM FERREIRA JORGE

Capelão da Fábrica

bibRIA



Breve notícia sôbre o estabelecimento e laboração de uma Fábrica de refinação e cristalização de açúcar

N OS primeiros meses do ano de 1848, a Viúva Ferreira Pinto e seus filhos, querendo dedicar-se ao estabelecimento e progresso das indústrias novas no País, associaram à sua firma, como técnico industrial, o francês Filipon Bernex, encarregando-o da montagem e gerência de uma refinação e cristalização de açúcar e outros anexos, numa das suas propriedades em Santo Amaro, à Junqueira, hoje propriedade da Sr.^a Condessa de Burnay e onde até há pouco esteve instalado um pôsto da Cruz Vermelha.

Para êsse fim partiu Bernex para França e dirigindo-se a Chaillot (cêrca de Paris), aí encomendou ao industrial Mr. Derosne as máquinas e aparelhos mais aperfeiçoados da sua autoria e fabrico, os quais eram, ao tempo, os mais bem cotados na Europa, pela perfeição dos métodos de execução, ao mesmo tempo úteis e práticos.

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

Nesta compra e montagem das oficinas gastou a firma proprietária para cima de cem contos de réis, importância esta que ao tempo representava um sensível e considerável esforço e um empreendimento digno de nota ⁴.

A refinaria de Santo Amaro, montada por tal forma, foi desde logo considerada como um modelo. Apresentava excelentes caldeiras de cobre, umas destinadas à dissolução, outras à clarificação e dispostas por uma forma apropriada à execução de um trabalho fácil, racional e económico, tendo capacidade para poder dissolver e clarificar diariamente mais de 750 arrobas de açúcar.

O xarope resultante da primeira operação (dissolução) entrava em uma oficina em duas ordens de filtros, uns do sistema Taylor, outros de granizo de carvão animal. Para complemento destas operações foi montado nessa oficina um magnífico aparelho de concentração, em que o vácuo era produzido por meio de uma máquina a vapor.

Nesse aparelho o xarope era levado ao ponto necessário para cristalização, operação esta que vinha a terminar em centenas de fôrmas, umas de barro, outras de ferro, tôdas elas com a forma de pirâmides cónicas.

A máquina de vapor movia igualmente uma nora que elevava aos andares superiores destas oficinas as fôrmas cheias de açúcar e onde se encontravam os leitos, em que se colocavam as mesmas para escorrer o melaço, que por sua vez era recebido e conduzido por muitos canais a um único e grande depósito.

Era portanto nos citados leitos que terminava a depuração dos

⁴ Relatório especial do júri da Exposição da Indústria Nacional em Lisboa, em 1849.

O LIVRO DO SEU CENTENÁRIO

pães de açúcar por meio de lavagens feitas com a *clerça*¹ pura do açúcar mais fino. Êstes pães eram posteriormente introduzidos em uma estufa aquecida pelo vapor da água, onde enxugavam e ficavam em estado de ser postos à venda.

A Fábrica chegou a produzir diariamente mais de 600 arrobas de açúcar refinado das primeiras qualidades, além do das qualidades inferiores e do melaço correspondente.

Foi porem de curta duração a sua actividade industrial, pois que as necessidades da vida portuguesa, ao tempo, não davam consumo a tão elevada produção, e a exportação era difficil.

Com o fim de evitar a compra, em França ou na Bélgica, ou mais propriamente, em Loos, na Fábrica pertencente a M.^r Kuhlmann, de granizo de carvão para os filtros, como então praticava no estrangeiro, a maioria das fábricas de refinação², resolveram os proprietários estabelecer em anexo à sua fábrica uma oficina destinada à preparação do carvão animal depurante. Nessa oficina montaram-se então dois excelentes fornos de carbonização e um de revivificação, trituradores, moinho e peneiros.

Nessa oficina obtinha-se carvão, carbonizando-se os ossos, previamente desgordurados e secos ao abrigo do ar, em caldeiras fechadas.

Êste carvão, como tem a propriedade de absorver as matérias corantes, era empregado nos filtros em larga escala para a clarificação do açúcar.

¹ Clerça, galicismo, Clairçe, claire, ou clairère, xarope de açúcar branco preparado a frio, servindo para branqueamento, lavagem e arranque do açúcar cristalizado das respectivas fôrmas.

² Vidè Relatório do Visconde de Vila Maior sôbre a exposição Universal de Paris em 1855 (Artes químicas).

A FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

Na oficina de Santo Amaro as gorduras extraídas dos ossos parece que eram aproveitadas para venda à Fábrica do sabão anexa às do Tabaco.

Como o granizo de carvão, depois de um serviço mais ou menos longo, perdia a sua acção descórante pela incrustação das matérias corantes solúveis à sua superfície e as lavagens com água não eram suficientes para as desencrustar e restituir-lhe a porosidade primitiva, entrava então de novo numa oficina de revivificação pela acção do fogo, que terminava pelo descasque, em pequenos moinhos apropriados a êsse efeito.

Êste carvão assim revivificado ainda podia servir por muito tempo, até que perdida finalmente tóda a sua porosidade e poder descórante, era aproveitado como adubo de cereais.

Uma olaria anexa ainda à mesma Fábrica foi montada a fim de fabricar as fôrmas de barro destinadas a modelar os pães de açúcar cristalizado, as quais tinham largo consumo na sua refinaria.

Para lamentar é, porém, que a constância, capitais e trabalho dispendidos por tão patrióticos e inteligentes industriais não fôsem coroados de um êxito pelo menos compensador dêsses esforços.

O Estado português nenhum auxílio prestou.

E assim ao passo que já em quási todos os países da Europa se consumia açúcar cristalizado, em Portugal importava-se o açúcar em rama para se vender simplesmente refinado. — O público não soube dar o verdadeiro aprêço ao nosso produto cristalizado.

Para o Brasil sempre se conseguiu alguma exportação.

O *Jornal do Comércio*, de 10 de Janeiro de 1854, falando do comércio de açúcar para aquele país, diz:

«O açúcar refinado da Fábrica de Santo Amaro (Lisboa), já ali é conhecido, e geralmente usado nas casas dos principais moradores,

O LIVRO DO SEU CENTENÁRIO

a-pesar-de se vender mais caro do que o do Brasil, o que lhe restringe o consumo.

Nós acreditamos que Mossamedes e o Bengo estão destinados dentro em alguns anos a fornecerem de açúcar a província de Angola, mas enquanto se não realiza esta esperança, fundada nos resultados já colhidos em Mossamedes, e no adiantado do engenho do Bengo, justo é que a Fábrica de Santo Amaro se empenhe em concorrer no preço com o açúcar refinado do Brasil, já que lhe é superior na qualidade.»

A única satisfação que temos conhecimento de haver sido dada a esses industriais foi a menção honrosa conferida pelo júri da Exposição Universal de Paris de 1855 ¹, onde concorreram com o carvão animal saído da sua oficina.

Lisboa, Abril de 1924.

D. JOSÉ DE SOUSA COUTINHO



¹ Vide lista dos expositores premiados, na *Revolução de Setembro* de 25 de Novembro de 1855.

ÍNDICE

	Pág.
Uma recordação, 1824-1924.....	5
A família Pinto Basto e a Fábrica da Vista Alegre.....	7
Acêrca da Fábrica da Vista Alegre.....	11
Vidros e cristais da Vista Alegre.....	21
Notícia histórica das casas de José Ferreira Pinto Basto e dos seus descendentes, na Junqueira.....	25
José Ferreira Pinto Basto, administrador da Casa Pia de Lisboa....	41
Migalhas de história da Vista Alegre.....	45
Breve notícia sôbre o estabelecimento e laboração de uma Fábrica de refinação e cristalização de açúcar.....	55

COMPOSTO E IMPRESSO

NAS OFICINAS GRAFICAS

DA BIBLIOTECA NACIO-

NAL DE LISBOA EM 15

DE AGOSTO DE 1924.

biblioteca

bib**R**IA



UA/SD	
N.º	60024
Data	13 FEV. 1991
Cota	V-277